

## Sumário

INTRODUÇÃO .....	11
CAPÍTULO I – CELERIDADE E EFETIVIDADE	
PROCESSUAIS E A LEI Nº 11.187/05.....	15
1.1 Princípios Aplicáveis ao Processo Civil.....	16
1.1.1 Classificação Doutrinária.....	17
1.1.2 Princípios Informativos .....	18
1.1.3 Princípios Fundamentais.....	24
1.2 A Reforma Processual Introduzida pela	
Emenda Constitucional nº 45, de 2004 .....	34
1.2.1 Contextualização da EC nº 45/04 .....	34
1.2.2 Princípio da Celeridade Processual.....	35
1.2.3 Demais Princípios introduzidos pela	
Emenda Constitucional nº 45, de 2004 .....	38
1.3 O Recurso de Agravo Previsto nos Artigos 522 a 529 do CPC.....	40
1.3.1 Reformas introduzidas pelas Leis nº 5.925/73,	
9.139/95 e 10.352/01 .....	40
1.3.2 A Lei 11.187 de 2005 em seu Nascedouro .....	43
1.3.3 O atual regramento do agravo segundo a	
Lei nº 11.187, de 2005 .....	45
1.3.4 Cabimento do Agravo Retido .....	50
1.3.5 Cabimento do Agravo Retido Oral .....	51
1.3.6 Cabimento do Agravo de Instrumento.....	52
1.3.7 Demais alterações .....	54
1.4 Questões Controversas.....	56
1.4.1 Conversão do Agravo de Instrumento em Agravo Retido .....	56



1.4.2 Irrecorribilidade da Decisão do Relator (artigo 527, parágrafo único, do CPC) por meio de agravo interno .....	60
1.4.3 Mandado de segurança para garantir o processamento do agravo de instrumento e obtenção de efeitos cautelares .....	69
1.5 Dados Estatísticos .....	85
1.6 Conclusão .....	89
<b>CAPÍTULO II – ATIVISMO JUDICIAL E ACESSO À JUSTIÇA.....</b>	<b>93</b>
2.1 Acesso à Justiça.....	93
2.2 Coisa Julgada.....	96
2.3 Judicialização da Política .....	97
2.4 Ativismo Judicial.....	100
2.5 Análise de Casos .....	102
<b>CAPÍTULO III – LEGITIMIDADE PASSIVA EM MANDADO DE SEGURANÇA .....</b>	<b>109</b>
3.1 Breve Caracterização da Ação.....	109
3.2 Delimitação de Ato de Autoridade .....	111
3.3 Polo Passivo e Autoridade Coatora .....	112
3.4 A Lei nº 12.016/2009 .....	119
<b>CAPÍTULO IV – COISA JULGADA INCONSTITUCIONAL .....</b>	<b>121</b>
4.1 Segurança Jurídica versus Política Jurídica.....	122
4.2 Sobre a Expressão Coisa Julgada Inconstitucional.....	125
4.3 Questões Constitucionais .....	127
4.4 Inconstitucionalidade Superveniente.....	128
4.5 Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental e Reclamação Constitucional e Reclamação Constitucional .....	128
4.6 Controle de Constitucionalidade Difuso.....	130
4.7 Efeitos da Declaração de Inconstitucionalidade .....	131
4.8 Coisa Julgada e Segurança Jurídica.....	135
4.9 Desconsideração da Coisa Julgada Inconstitucional .....	138
4.10 Ação Rescisória.....	140
4.11 Alterações da Lei nº 11.232/2005 e os Embargos à Execução .....	144
4.12 Eficácia Preclusiva da Coisa Julgada .....	149
<b>CAPÍTULO V – NATUREZA JURÍDICA DA RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL .....</b>	<b>153</b>



CAPÍTULO VI – INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ESPECIAL PELA ALÍNEA <i>b</i> DO INCISO III DO ARTIGO 105 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.....	163
6.1 Causas Decididas.....	164
6.2 Prequestionamento .....	166
6.3 Cabimento de Recurso Especial pelas alíneas <i>a</i> e <i>c</i> .....	169
6.4 Cabimento do Recurso Especial pela alínea <i>b</i> .....	171
CAPÍTULO VII – MEDIDA CAUTELAR E EFEITO SUSPENSIVO EM RECURSO ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO....	177
7.1 Competência para Apreciar e Julgar a Medida Cautelar .....	177
7.2 Cabimento da Medida Cautelar .....	181
7.3 Mérito Cautelar .....	183
REFERÊNCIAS.....	187

